

"Casuísmos" das disposições já são estudados

Parlamentares analisam todos os pontos da última parte da Carta para possíveis acordos

"Um festival de casuismo" — foi assim que definiu ontem o deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA) o capítulo das disposições transitórias da nova Constituição, parte que de- junto com o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) — foi encarregado pela liderança do partido na Constituinte de estudar e apurar os pontos capazes de en- sejar negociação com os demais blocos. E nessa parte que estarão também dois importan- tes pontos polêmicos: o manda- to do presidente José Sarney e as questões relacionadas com a implantação do sistema de go- verno, no caso de aprovar o par- lamentarismo.

Os dois peemedebistas só se

reunirão a partir da próxima semana para começar a fazer a triagem das emendas que, se- gundo Gaspar, tratam entre ou- tros assuntos da legalização do jogo do bicho, dos serventuários da justiça, aposentadorias espe- ciais, formas atenuadas de pa- gamento de débitos com a Fa- zenda Nacional, prorroga manda- to de prefeito, cria ou proíbe novos estados, dá proteção espe- cial ao magistério ou legaliza os trens da alegria no funciona- lismo público. Diante de tal am- plitude, Wedekin acredita que a primeira etapa será separar o que é ou não matéria constitu- cional.

Eles leram inicialmente to- das as emendas e um estudo

comparado, entre o texto da Co- missão de Sistematização, as emendas coletivas, do **Centrão**, e as individuais. Depois, pedi- ram o concurso de assessores para a primeira triagem, quan- do Gaspar constatou que está diante de "uma grande lata de lixo", definição que, contudo, Wedekin prefere não endossar acreditando que os interesses políticos dos autores das emen- das devem ter motivado a apre- sentação.

A parte do mandato foi a que maior número de emendas re- cebeu. Segundo Gaspar, exis- tem os que querem dar o "golpe da lealdade", sugerindo seis anos para o presidente Sarney

quando até ele próprio já disse que ficará cinco anos. Mas tam- bém existem os que querem mais um pouco, como é o caso do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), autor da emenda dos quatro anos aprovada pela Comissão de Sistematização. Agora, deseja fazer eleições presidenciais 90 dias após a pro- mulgação da Carta.

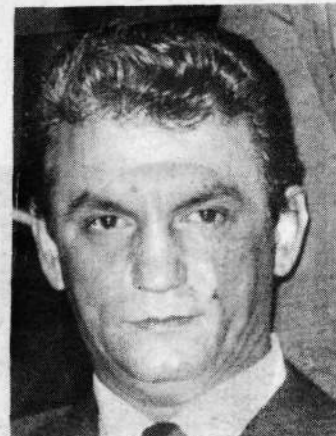
Outra emenda versando so- bre mandato reduz um pouco in- clusive o dos atuais mandatos de deputados federais, esta- duais e dos governadores, pre- vendo o término para 31 de de- zembro de 1990, sob o argumen- to de que desta maneira os no- vos governantes começariam

suas administrações dispondo do orçamento por inteiro.

O senador Nelson Wedekin preferiu tratar da parte da anis- tia. Disse que as emendas, ou ampliam a concessão com uma elasticidade irreal para as difi- culdades conhecidas no trato deste assunto; ou então limitam a ponto de ficar aquém da anis- tia concedida em 1979. E reco- nheceu que na parte da legaliza- ção dos "trens da alegria" exis- tem emendas com argumenta- ção inteligente, na medida em que lembram que se a Consti- tuinte se preocupou com a esta- bilidade para quem nem come- çou a trabalhar não pode esque- cer dos que se beneficiaram de contratações ilegais. Essas

emendas dão prazos para a efe- tivação destes funcionários.

Os dois peemedebistas terão ainda de organizar os destaques para a votação que nem recebe- ram ainda e separar o material de forma a que o líder Mário Co- vas tenha uma visão clara do que negociará. Existe, por exemplo, uma emenda anistian- do os débitos de todo microem- presário, quando há em vigor um estatuto para a microem- presa que já dá vantagens espe- ciais. Depois, este não é um as- sunto constitucional. Como lem- brou Wedekin, afinal, eles to- maram um dinheiro que aplica- ram e não podem ser perdoa- dos.



Gaspar: "Uma Lata de lixo"